

EUROPA,  
ATLÂNTICO  
E O MUNDO  
MOBILIDADES, CRISES,  
DINÂMICAS CULTURAIS

**PENSAR COM**

MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO

EUROPE, THE ATLANTIC AND THE WORLD  
MOBILITY, CRISES, CULTURAL DYNAMICS

THINKING WITH MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO

**COORDENAÇÃO**

ISABEL MARIA FREITAS VALENTE

## O BRASIL SOB O OLHAR EUROPEU DE RAMALHO ORTIGÃO

*Jorge Fernandes Alves*  
Professor Catedrático da FLUP  
Investigador do CITCEM  
E-mail: jfalves@letras.up.pt

### Resumo

Para um encontro intitulado *Europa, Atlântico, Mundo – Mobilidades, crises, dinâmicas culturais. Pensar com Maria Manuela Tavares Ribeiro*, julgou-se pertinente trazer o contributo de Ramalho Ortigão, revisitando a sua obra de forma a equacionar os modos de olhar o Brasil, partindo de um escritor que, reconhecidamente, se afirmava por procurar um espírito europeu, nomeadamente através das suas crónicas de viagens pelos principais países europeus (França, Inglaterra, Holanda), e por desenvolver uma literatura vincadamente crítica e irónica no que se referia à observação interna ao seu país. Que tipo de registo aplicaria ao Brasil, país com o qual tinha afinidades familiares e profissionais? – eis a questão central para o desenvolvimento do presente texto.

**Palavras-chave:** Brasil; Emigração; Monarquia; República

### Abstract

For a meeting entitled *Europe, the Atlantic and the World – Mobilities, crises, cultural dynamics. Thinking with Maria Manuela Tavares Ribeiro*, we thought it would be relevant to revisit the work of Ramalho

Ortigão with the purpose of equating the ways of looking at Brazil. This was a writer who admittedly sought a European spirit, particularly in his travel chronicles across the main European countries (France, England, The Netherlands), and who ultimately developed a sharp, critical and ironic literary style when portraying his own country. What style would he adopt with Brazil, a country where he had family and professional connections? – this will be the fundamental question driving this text.

**Keywords:** Brazil; Emigration; Monarchy; Republic

Em face do contributo que as representações literárias podem trazer ao conhecimento histórico, nomeadamente no que se refere às mobilidades, aos espaços sociais e aos territórios que as enquadram, será pertinente enquadrar neste Congresso uma breve revisitação a José Duarte Ramalho Ortigão (1836-1915) e sua focalização no Brasil, país em que acabaria por ser visto como um dos mensageiros do espírito europeu do tempo.

Se na obra de Ramalho não faltam alusões diretas ou indiretas ao Brasil, a sua ligação com o Brasil passou ainda por uma colaboração regular com o jornal *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, iniciada em 12 de julho de 1877 e que, com alguns hiatos, se verificaria até 1915, ano do seu falecimento. Aqui, entre registos de crítica social e política e de observações de viagens, iniciou a publicação em folhetim de alguns dos seus melhores livros de viagens – *A Holanda* e *Notas de Viagem*.

1) Ramalho Ortigão tinha no Brasil uma significativa rede assente na diáspora familiar<sup>1</sup>, pelo menos desde 1856, quando o seu irmão Joaquim partiu com 13 anos para o Rio de Janeiro. Joaquim viria a ser figura de grande consideração no Rio de Janeiro, subiu de caixeiro a

---

<sup>1</sup> Seguimos aqui os Livros de Registo de Passaportes, depositados no Arquivo Distrital do Porto.

grande negociante, casando com a filha do Barão do Engenho Novo. Veio à Europa em 1875: no retorno, em 1878, com casa comercial própria, foi dirigente de várias associações portuguesas, com relevo para o Gabinete Português de Leitura: integrou a direção que organizou o centenário de Camões no Rio de Janeiro e foi, como presidente (1885-1888), um dos responsáveis pela finalização das obras do novo edifício, neomanuelino, do Gabinete. Foi ainda vice-presidente e presidente do Centro de Comércio e Lavoura, associação representativa dos grandes interesses agrícolas brasileiros ligados à defesa e promoção do café, e diretor do Banco do Brasil.

Mas Joaquim não estava só. Em 1860, partia António Manuel, também com 13 anos; em 1864, era a vez de Maria Feliciano, com 26; em 1872, Francisco Duarte, com 23 anos. E terá sido precisamente o irmão Francisco, mais novo, que recebeu no Brasil o próprio filho do escritor, José Vasco, nascido em 1860 e que, em 1889, encetava já um passo de gigante, ao tornar-se sócio e dirigente dos célebres armazéns *Parc Royal*, no Rio de Janeiro, uma simbólica cadeia comercial ligada ao comércio da moda vinda de Paris, com delegações noutras cidades. José Vasco teve também um importante papel associativo: presidiu ao Gabinete Português de Leitura (1904-1906) e integrou a comissão que preparava a recepção ao rei D. Carlos na visita prevista para 1908, em comemoração do centenário da abertura dos portos do Brasil.

Assim, nem o Brasil nem a emigração eram indiferentes a Ramalho Ortigão, antes realidades claramente envolventes e daí viria a sua colaboração na *Gazeta*, bem como a visita que Ramalho faz ao Brasil em 1887, sendo o orador convidado na inauguração do novo edifício do Gabinete Português de Leitura, a que o seu irmão presidia, visita de cerca de três meses, em que travou conhecimento com autoridades, colónia portuguesa e meio intelectual, numa autêntica consagração pública como escritor. É, aliás, neste contexto que um conjunto de negociantes portugueses do Rio de Janeiro lhe solicita que escreva um livro marcante sobre o Brasil, na linha dos que fizera para a França ou a Holanda, garantin-

do-lhe condições económicas, como revela João Carlos Zan, autor que seguiremos de perto<sup>2</sup>. Procuraremos, então, assinalar aqui os tópicos mais salientes relativos ao posicionamento de Ramalho nas suas alusões ao Brasil, correndo a sua obra.

2) As primeiras referências ao Brasil na obra de Ramalho surgem no *Jornal do Porto*, em 22.10.1862: saúda o projeto do escritor portuense e emigrante no Rio de Janeiro, Faustino Xavier de Novais, que, em redenção de falência comercial, ensaiava a edição da revista *O Futuro*, anunciando representação de escritores portugueses<sup>3</sup>.

A emigração aparece depois, com algum desenvolvimento, na narrativa “Os meus amigos de Peniche”, cujo enredo inclui a leitura de cartas de um emigrante, que lhe permitem equacionar o drama da emigração: um emigrante que retorna com “padecimentos de peito” (“a este ninguém lhe chamará aí *brasileiro*; [mas apenas] um pobre tolo que foi ao Brasil”) e que serve de mensageiro de outro para remessa de dinheiro destinado a amparo da família; a notícia de instalação desse emigrante como caixeiro, a iniciação escolar pós-trabalho, o amealhar para o casamento com a noiva portuguesa<sup>4</sup>.

O tema Brasil surge ainda na obra *Em Paris* (1868), no texto “Uma visita a Ferdinand Denis”, evocando a situação de intelectuais de língua portuguesa, incluindo o infeliz brasileiro Gonçalves Dias, que vivera na capital francesa e, doente, falecera na viagem de retorno ao Brasil.

Estas primeiras alusões, indiretas, surgem em textos marcados ainda por um registo romântico e algo ingénuo que nos fornece uma visão da via-sacra migratória.

---

<sup>2</sup> ZAN, João Carlos – *Ramalho Ortigão e o Brasil*. São Paulo, 2009. Tese de doutoramento.

<sup>3</sup> Texto depois incluído em *Primeiras Prosas* (1944, 107-115).

<sup>4</sup> In *Primeiras Prosas* (1944, 197-230).

3) A escrita de Ramalho altera-se a partir de 1871, assumindo tons críticos e/ou irônicos. Estes novos contornos ocorrem depois da transferência para Lisboa (1869), para se ocupar da secretaria da Academia das Ciências, e da sociabilidade com o grupo irreverente do Cenáculo.

Na coluna “Correio de Hoje”, que saía de forma anônima, ainda n’ *O Progresso do Porto*, surgem dois textos curtos, em 17 e 21 de janeiro de 1871, já marcados pelo registo iconoclasta. Esses textos invocam uma carta recebida do Brasil sobre as condecorações atribuídas pelo Estado Português a súbditos no Brasil, com o fim “desenvolver o espírito patriótico e tornar mais frequentes os atos de liberalidade, de filantropia e de dedicação à pátria que distinguem a colônia portuguesa do Rio de Janeiro”, assinalando os instituidores de estabelecimentos pios, literários, artísticos, de socorros e de instrução, numa “exuberância” que produziria resultados opostos ao pretendido: o “aspirante a comendador ou conselheiro” precisava de criar uma nova associação benemerita para obter a comenda, assim se multiplicando as novas instituições, deixando as já existentes sem amparo. Ramalho denunciava esta beneficência enquanto cenário de vaidades, acusação que teve de moderar em face do clamor levantado: reconheceu então a importância dessas sociedades de beneficência, apenas condenando a multiplicação exagerada das “pequenas iniciativas infrutíferas ou inúteis”, pois, “enquanto os comendadores (...) ostentam nos teatros abertos em espetáculos gratuitos as suas ambições ou as suas veneras, inúmeros portugueses desprotegidos e abandonados carecem das comodidades mais indispensáveis aos pobres”, apontando que, só no Rio de Janeiro, existiriam “para cima de trezentas crianças portuguesas sem família, sem educação, sem modo de vida e sem meios de subsistência”, abandono que era “uma vergonha nacional”<sup>5</sup>.

Entretanto, em maio de 1871, arranca a publicação de *As Farpas* e, com elas, Ramalho torna-se uma figura indissociável da “geração de 70”. A parceria com Eça, apesar de breve, faria voar o espírito crítico para

---

<sup>5</sup> *Correio de Hoje* (II tomo, p. 31-34).

o lado de lá do Atlântico, com uns a favor, outros contra: o *Diário Portuguez*, do Rio de Janeiro, em 8.5.1885, referia os “dois revolucionários que valem uma geração”.

Foi n’*As Farpas* que as abordagens sobre o Brasil surgiram em torrente, aplicando, a este como aos outros temas, o lema de Proudhon “ironia, verdadeira liberdade!”. Sublinhe-se, antes de mais, que as edições posteriores de *As Farpas*, em autorias separadas (Ramalho, com ordenamento por temas em vários volumes e alteração da ordem cronológica, e Eça, isolando os seus em *Uma Campanha Alegre*), dispersam o encadeamento inicial e atenuam a percepção da violência iconoclasta das brochuras originais (a vantagem é dar-nos a autoria de cada um). Mas seguir a cronologia original na leitura de *As Farpas* é fundamental para captarmos a sua dimensão crítica e as polémicas subseqüentes.

Centrando a atenção apenas sobre os textos atribuídos a Ramalho e relacionados com o Brasil, encontramos um primeiro alvo logo em junho de 1871 (segundo mês da publicação): o Imperador do Brasil, de visita à Europa. Da sua passagem inicial por Lisboa, decorre um retrato que se pode considerar lisonjeiro para o monarca informal: “o príncipe extremamente liberal, que usa de requintes democráticos”, um monarca que preferiu a quarentena no Lazareto, em vez dum navio de guerra e do Palácio de Belém, que lhe estavam destinados. A irreverência dos autores vira-se para os comportamentos dos portugueses que o receberam num quadro reverencial.

Pouco depois, Ramalho aplicava já a sua iconoclastia a propósito da votação do governo do Brasil de uma verba de cem contos de réis destinados a dotar cada escola primária com um crucifixo, num total de vinte mil imagens de Jesus: “Se não conseguir ensinar-te a ler, que Deus pelo menos te abençoe e te faça um santo”.

Em fevereiro de 1872, já no retorno do Imperador da viagem por outros países europeus, Ramalho e Eça dedicam 96 páginas, todo o folheto desse mês, aos “Fastos da peregrinação de Sua Majestade o Imperador do Brasil por estes Reinos”. Aí, à vez, destilam ironia, riso, sarcasmo sobre

os comportamentos, as roupas, até a mala, e assumem a irreverência de lembrar ao imperador que o tempo já não era favorável às coroas reinantes, apontavam para os sinais do fim das monarquias. Paralelamente, focam os vários tipos sociais portugueses ao Imperador, dentre eles o brasileiro de retorno, “o nosso brasileiro”, com “muito dinheiro” e “várias moléstias”, que acamarada em grupos no passeio de Alcântara ou nas “carruagens do caminho de ferro onde descalçam as botas” (...) que veem como “uma espécie de tribo sem pátria que os adote, porque em Portugal chamam-lhes brasileiros e no Brasil galegos”. E vão mais longe: “Nos lábios finos, a palavra *brasileiro* tornou-se um vitupério (...) a sua convivência é um descrédito” (...) “O *brasileiro* tornou-se assim para a raça latina, essa caduca sabia da ironia, o depósito do riso!”. Um festival de ironias e sarcasmos, com uma provocação final:

“Vós tendes qualidades, fortes, duradouras, boas para alicerce da vida! E depois dais-nos dinheiro! Vós proveis-nos de papagaios. São coisas que não se esquecem! (...) e dai-nos notícias vossas!”.

E as notícias chegaram! Em março de 1872, Ramalho e Eça defendem-se dos melindres do ministro do império em Lisboa com esse número de *As Farpas*, sublinhando “o direito da sátira como uma das inatacáveis liberdades do pensamento humano”, evocando a tradição de escárnio e maldizer, que recusam ter feito: “rimo-nos simplesmente”.

Perante as críticas do jornal lisboeta *O Brasil*, Ramalho considera-o um “jornal-encomenda, literatura fardo (...) consignado à rua do Ouvidor”, opondo a afirmação de que *As Farpas* não se consignariam “a nenhum país, a nenhuma nacionalidade, a nenhum partido, a nenhuma política, a nenhuma rua”.

O protesto vinha também do Brasil, perante as “brincadeiras de mau gosto” d’*As Farpas*. Alguns jornais cavalgaram a onda lusófoba, principalmente em Pernambuco, fazendo-se ouvir de novo o grito de “mata-marinheiro”, contra os autores e os portugueses em geral. Foi o caso do *Diário de Pernambuco*, de *O Movimento* e do *Tribuna* aparecendo ainda a publicação *Os Farpões*, como resposta (José Soares Pinto

Correia – *Os Farpões* ou *Os Bandarilheiros de Portugal* – *Resposta Cabal aos Srs. Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz. Autores das Farpas ou Fastos da Peregrinação de S. M. o Imperador do Brasil pelo Reino de Portugal.*) Movimento idêntico se verificou no Recife, com o jornal *O Meteoro* e com livros e folhetins então publicados.

No volume de julho e agosto de 1872, os autores reconhecem a campanha de lusofobia levantada em Pernambuco, incitando a tumultos antiportugueses que ali ocorreram. Dirigem então uma carta aberta ao Presidente dessa Província, refutando a sua responsabilidade como causa, que radicavam em factos recentes (uma polémica sobre uma Companhia Fluvial) e numa hostilidade tradicional à preponderância económica da colónia portuguesa ali estabelecida. A carta é uma obra-prima de ironia, questionando-o sobre o eventual papel das três tiras de folhetim que conseguiriam levantar um povo! E perguntavam se a irritação da consciência brasileira não viria antes das páginas sobre o imperador, da sua mala, do seu amor das línguas orientais e do seu chapéu braguês na sala dos Capelos, aludindo ao movimento brasileiro contra o imperador, que ali se vivia.

Mas *As Farpas* também tiveram êxito assinalável ao nível de leitores brasileiros, não faltando os que se reviam na sua verve. A difusão teve tal eco no Brasil, que, no número de abril de 1872, os autores comentam uma edição contrafeita em Pernambuco, que denunciavam através de um texto irónico, lançando a questão da propriedade intelectual. Questão esta que seria retomada no número de julho-agosto desse ano, com sarcasmo sobre as comendas que o Imperador concedeu aos escritores portugueses que o veneraram, exceto a eles próprios, mas apontando mais uma edição clandestina de *As Farpas*, agora no Rio de Janeiro, problema que atingia outros autores.

4) Novembro de 1872: Eça parte para a atividade consular. Ramalho, embora mantenha o nome de Eça no cabeçalho, prossegue sozinho a publicação de *As Farpas* até 1888.

Logo em dezembro desse ano, Ramalho começa a traçar de uma forma mais estruturada representações económicas e sociais sobre o Brasil, com menos ironia e mais recurso a informação oficial ou oficiosa. Assim ocorre nos comentários à elaboração do inquérito parlamentar sobre a emigração portuguesa. São cerca de 40 páginas em que, com recursos a relatórios e estatísticas, sublinha a falta de indústria, de ensino, a dependência de importações, problemas que radica num vício de origem – a escravidão. Algumas afirmações:

“O Brasil, no estado em que atualmente se acha a civilização no continente colombiano, não é um país de colonos: é um país de escravos.

Para que ao escravo deixe de ser escravo é preciso que primeiro lhe ensinem a ser livre, isto é, que lhe deem a faculdade de sustentar a independência pelo trabalho”.

Descreve as relações submissas dos escravos, o papel dos sacerdotes das fazendas e seus comportamentos veniais, a história dos colonos contratados com suíços e alemães e os problemas verificados que levaram à proibição pela Suíça de novos contratos, dando o exemplo do Mucury e a morte de alemães em elevada proporção, com escândalo público. Em sua opinião, a colonização pelo trabalho livre implicaria reformas profundas para as quais a sociedade brasileira não estava preparada, dado o predomínio das grandes fazendas, faltando-lhe a “primeira garantia de liberdade, que é a posse do solo”.

E a questão dos colonos portugueses “engajados” vinha ao de cima:

“De todos os emigrados europeus o mais desprotegido, e podemos acrescentar ainda o mais detestado, é o colono português. Pesa ainda hoje sobre ele o velho ódio de raça.

O colono português no Brasil nem tem os direitos dos nacionais nem os privilégios dos estrangeiros. Em uma nota do barão de Cotegipe, (...) encontra-se consignada nos seguintes termos a condição dos indivíduos

que compõem a tripulação dos navios do Estado – escravos, portugueses, nacionais e estrangeiros.”

Ramalho denuncia as condições dolorosas da vida do colono engajado, sujeito a uma exploração rápida, “esmagado por uma dívida assustadora”. Uma vida de “impotência absoluta” contra o “poder imenso, exclusivo, absoluto, dominante em toda a organização do Brasil – a coligação irresistível dos fazendeiros”.

Aponta a dificuldade de negociar com as autoridades brasileiras, que recusam qualquer concessão em favor dos colonos portugueses ou regular o problema dos espólios dos falecidos, cujos processos se acumulam, sem informação aos respectivos herdeiros. Fala do sucesso dos emigrados livres que vão com o destino das cidades e se entregam às pequenas indústrias e à aprendizagem no comércio. E do insucesso dos que, por falta de acolhimento, ficam na miséria, constituindo a “tribo dos preteridos”, vivendo nos cortiços, “a mais afrontosa de todas as vergonhas nacionais”, o “corolário vivo da nossa decadência”. E, comparando as más condições de acolhimento desta imigração com as observadas nos Estados Unidos, conclui por uma única vantagem: se o Brasil oferecesse uma política mais hospitaleira teria “dessaingrado Portugal”.

No balanço final de Ramalho, o Brasil estaria destinado “a um grande papel no mundo civilizado”, sublinhando: “quando a escravatura tiver completamente desaparecido, quando aquela sociedade, que se baseava na servidão, se basear definitivamente na liberdade e na justiça, o Brasil será o país riquíssimo de um grande povo”, ainda que pudessem surgir conflitos, como o da Guerra da Secessão. A paz chegaria com o “sentimento americano de confraternização universal de todos os espíritos e de todos os povos”.

Na alternativa entre o progresso e a decadência, a “revolução social” teria de ser enfrentada tanto no Brasil como em Portugal, podendo ser antecipada pela “reforma económica” ou por cedência à “anarquia das massas” e, neste caso, seria aniquilada a tradição constitucional e monárquica.

O volume de janeiro-fevereiro de 1873 dá-nos conta de uma ameaça de morte por carta anónima em reação às suas últimas posições, a que

se seguiu a distribuição em Lisboa, aos milhares, de um folheto brasileiro “Duas palavras aos leitores das Farpas”. Ramalho reagiu, apresentando as fontes de informação a que recorrera (março/abril 1873).

Ramalho volta a tocar o tema da emigração para o Brasil em janeiro de 1874, desta vez para contestar Alexandre Herculano no seu célebre opúsculo sobre o tema, em que distingue emigração forçada e voluntária, discordando das propostas para restrição da emigração forçada, pois seria fazer com que eles persistissem na miséria, dada a incapacidade de resposta por parte do país. Também as remessas e os investimentos realizados em Portugal pelos emigrantes, fundamentais para Herculano, são desvalorizados por Ramalho: “O emigrado português que regressa do Brasil não vem produzir, vem descansar. (...) os poderosos elementos de trabalho de que ele dispunha ficaram no Brasil. (...) que traz ele à Pátria? Traz-lhe o dinheiro, a ociosidade, a propensão para gozar.

Entretanto, os conflitos lusófbos multiplicaram-se, com mortos e feridos, o governo envia mesmo a corveta Sagres para o Pará. Ramalho questiona-se sobre o tradicional ódio dos povos americanos aos antigos conquistadores. “Que mal fizemos nós ao brasileiro? Nenhum. Demos-lhe a vida histórica (...) Onde está a nossa forte mocidade montanhesa, trasmontana e minhota? No Brasil. Onde estão os nossos mais emprehentes (sic) industriais, os nossos mais hábeis mercadores, os nossos mais ricos negociantes, os nossos trabalhadores, os nossos soldados? No Brasil. Eis o mal que fizemos ao brasileiro”. Mas Ramalho procura compreender e refere a dominação do índio, lembra a colonização e os dois grandes vetores – a fé e a economia, para as quais, “estabelecemos duas instituições de violência e de intolerância, as duas que ali ficaram perpetuando o vestígio da nossa influência e da nossa dominação – uma igreja e uma força”. Intolerância e domínio despótico que subjaziam às atitudes dos bispos do Pará e de Pernambuco, que, numa hostilidade religiosa pregavam “contra o espírito liberal dos colonos portugueses” (novembro de 1874).

5) Em dezembro de 1875, surge uma nova série de *As Farpas*, agora num registo mais pedagógico. As questões da emigração e do Brasil perdem muito da leitura crítica, agressiva e/ou sarcástica anterior e tornam-se mais raras. Será de relacionar com a vinda a Portugal do irmão Joaquim e da afirmação do seu sucesso no Brasil? As alusões ao Brasil e à emigração tornam-se mais pacíficas e são valorizadas. Na obra *Banhos de Caldas e Águas Minerais*, apontando o contraste na paisagem do Entre Douro e Minho entre os casebres dos pequenos rendeiros e as casas dos emigrantes de retorno, “modernas, pretensiosas, incaracterísticas”, fala da obsessão das famílias minhotas pelo Brasil e a consequente desmobilização na atividade agrícola ou industrial, com a ideia fixa numa herança ou numa pensão futura.

Em janeiro de 1877, a propósito de uma viagem que faz a Lisboa, em que seguiam cerca de 20 mancebos que se despediam dos familiares para partirem para o Brasil, dialoga com um emigrante de 60/70 anos, que retornou a Felgueiras, apostando na fundação de uma lavoura, mas, por recusa de apoio aos partidos políticos locais, viu-se enredado em intrigas e, por fim, destruíram-lhe as suas largas plantações de árvores. Imagina então o emigrante no Brasil, a pensar a pátria como “um grande todo confederado e harmónico com interesses solidários, com intuitos comuns, com fins determinados”, o que o leva a proceder a subscrições para enviar a Portugal milhares de libras para causas nobres, quando Portugal está longe de corresponder a essa visão harmónica e de respeitar os valores da emigração.

Por esta altura, Ramalho inicia a sua colaboração na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, que vai decorrer entre 12.10.1877 e 17.10.1915, com as secções *Cartas Portuguesas*, *Notas de Viagem* (relato da visita à Exposição de 1878, em Paris), *Jornal de um Lisboaeta*, *Impressões Portuguesas*. Aqui publicou em folhetim a sua obra mais considerada: *A Holanda* (1883/1885). Foram 38 anos de colaboração, que a já referida tese de João Carlos Zan levanta, registando 517 textos, dos quais editados em livro 236 e nos quais raramente falou do Brasil, apesar de

escrever diretamente para brasileiros, excetuando referências a alguns autores, mormente em obituários. As referências ao Brasil surgem agora num registo em que a crítica sobra para Portugal.

Em 1885, em texto que integra depois o volume I (*Vida Provincial*) da edição final de *As Farpas*, falando sobre Viana, descreve as “casas de brasileiro”, mas assinala que o “brasileiro do vale do Lima é, em geral, um pequeno brasileiro, tão pequeno que não passa de um rapaz que foi ao Brasil”, mas o “magnetismo nostálgico” levaria o emigrado a repatriar-se, modestamente, desde que ganhasse o suficiente para comprar um campo, “levantar um andar à choupana paterna, com que meter mais duas vacas no eido”. E, mais à frente, num pretenso diálogo entre dois viajantes, exprime uma síntese popular sobre a emigração:

“A população do Minho é uma população de refugo. A emigração é um agente seletivo exercendo-se no sentido de operar a decadência. O minhoto mais forte, o mais robusto e mais inteligente vai para o Brasil”.

Nesta passagem por Viana, relembra o episódio de acompanhar, em 1884, Eduardo de Lemos (1836-1884), o emigrante vianense que então presidia ao Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, um dos organizadores das comemorações de Camões em 1880, e que haveria de falecer ali, no hotel em que pernoitaram.

Dois anos depois, Ramalho viaja em fins de 1887 para o Brasil. Como regista João Carlos Zan, embarcou em 7.8.1887 no vapor Senegal, com a *Gazeta de Notícias* a anunciar a chegada do seu correspondente e a convidar interessados para o desembarque. Por lá se demorou 3 meses. Em 10.9.1887, era inaugurada a nova sede do Gabinete Português de Leitura, então presidido pelo seu irmão Joaquim, um dos obreiros desse emblemático edifício neomanuelino, cuja primeira fora lançada nas comemorações camonianas (registre-se que Ramalho foi, a partir da Academia das Ciências de Lisboa, um dos principais promotores das comemorações de Camões em Portugal, juntamente com Teófilo Braga). Agora, no Brasil foi a estrela da festa de inauguração, presidida pela regente Princesa Isabel. No sítio da internet do Gabinete, podem ler-se

algumas frases-emblema desse discurso centradas no papel do emigrante português no Brasil, concluindo que a Casa, no caso de Portugal vir a desaparecer da “carta política da Europa” ficaria a perpetuar a mensagem de Garrett posta na boca de Camões: “não se acabe a Língua, o nome português na terra”.

Sublinhe-se que a viagem foi um sucesso, intelectuais e personalidades de relevo procuravam-no. Conforme relata João Carlos Zan, dizia-se que Ramalho era mais admirado no Brasil do que em Portugal, suscitando ali imitadores. Os jornais louvavam o “grande observador dos povos que visita” e intimaram o autor de *A Holanda* a que produzisse também um guia sobre o Brasil, à semelhança do que fizera com outros países, suscitando um sentimento de expectativa. E um grupo de comerciantes portugueses do Rio de Janeiro garantia-lhe a aquisição dos primeiros 5000 exemplares, com o direito de publicação prévia em folhetins, como era hábito.

6) Em 1890, Ramalho voltaria a falar do Brasil, no longo e contundente texto *O Quadro Social da Revolução Brasileira*. O texto é datado de dezembro de 1889, saindo em quatro artigos sucessivos na *Gazeta de Notícias* em fevereiro e março de 1890, e depois, de novo, no segundo número da *Revista de Portugal*, dirigida por Eça. Surge como resposta ao artigo de Eduardo Prado, brasileiro, seu amigo das tertúlias em Paris, publicado no primeiro número da *Revista* e que propunha o reatar da solução monárquica no Brasil, perante a República recém instaurada. Considerando-se um “escritor português, por muitos vínculos ligado à família brasileira”, Ramalho sente-se no dever de contribuir com o seu depoimento “para ajudar a esclarecer a historia de um facto de tão alta importância”.

Na sua opinião, a sociedade brasileira tinha um problema inicial, donde procediam todas as desordens do organismo social – a escravatura. Apesar de recentemente abolida, sobrevivia nas instituições, na educação doméstica e na educação civil. Os abolicionistas tinham-se fixado na

emancipação dos negros, mas seria preciso também educar os brancos, como forma de superar os seus preconceitos e a desvalorização do trabalho, dado o efeito dissolvente e corruptor do regime servil sobre os princípios da ordem social: havia uma rejeição a todo o trabalho manual, expressa na usual afirmação – “obrigação é de escravo”.

Ramalho também não vislumbra hierarquia social, acima do ex-escravo, de “classe para classe, de cidadão para cidadão”, ao contrário do que via nas sociedades imperiais europeias, considerando que “onde não há hierarquia não há autoridade, e onde não há autoridade não há governo”.

E mais: o abolicionismo teria trazido novos elementos de desordem, pois “para muitos dos abolicionistas, o abolicionismo tornou-se uma carreira política”, tirando efeitos da popularidade alcançada, de tal forma que os problemas eram agora dois: que fazer dos libertos? Que fazer dos libertadores?

Sublinhava depois o parasitismo social; nas grandes propriedades, a mesa de jantar tinha as dimensões de um grande hotel: além do proprietário (coronel ou comendador) e família, sentavam-se os que pudessem servir e entreter – hóspedes, negociante, naturalista, economista, amigo em viagem, padre, capanga.

Decorrente dessa prevalência escravista, resumia a quatro os pontos fracos da sociedade brasileira: “abastardamento do trabalho, constituição da ociosidade organizada, decomposição da disciplina, desonra do respeito”.

Neste quadro social, o imperador, sendo “um homem bom”, já não tinha as qualidades adequadas para um Estado jovem, em que o ímpeto, o prestígio e comando seriam indispensáveis, pelo que só um “rei jovem” poderia corresponder ao “sentimento europeu da disciplina” e apresentar-se como “uma influência de civilização, um agente de progresso”. Na mesma linha, apontava a conveniência de “um exército disciplinado, aguerrido e brilhante”, enquanto “escola prática de disciplina e de respeito, de marcialidade e de brio, um viveiro enfim, de cidadãos corretos, saudáveis, endurecidos e valorosos”. Em tempo de

culto do génio, Ramalho pedia um “génio empreendedor e arrojado”, com autoridade e prestígio, capaz de propiciar obras multiplicadoras da riqueza, tais como o saneamento progressivo das povoações do litoral e a reedificação da cidade do Rio de Janeiro, dada a salubridade impeditiva do seu crescimento.

Para Ramalho, D. Pedro II “é um recluso, é um especulativo, é um inestético”, um refratário à marcialidade, que nem sequer tinha casa militar. Uma corte assim, “sem mundanismo, sem arte, sem moda, sem equipagens, sem uniforme, sem festas, sem flores, sem bibelots”, não encantava. O palácio de S. Cristóvão parecia “um desterro mortífero para toda a gente alegre, para todos os homens novos, para todas as mulheres bonitas”, o que explicava a considerável emigração de aristocratas para a França, a Inglaterra e Bélgica, de tal modo que para conhecer as mais distintas e elegantes senhoras da nobreza brasileira não se procurava o palácio do Imperador, mas sim Paris.

E, na condição humana, o retrato que Ramalho traçava de D. Pedro II não era exaltante! Sem qualidades para afrontar a “viciação do sufrágio e a estéril estagnação do parlamentarismo”, não poderia enfrentar os problemas sociais e económicos prementes, a saber: a reabilitação do escravo para a dignidade da vida civil, a eliminação do parasitismo e a reconstituição do trabalho, a remodelação da propriedade rural e dos sistemas de cultura, a reforma da educação, a descentralização federativa contra o espírito separatista das províncias mais progressivas, a grande naturalização e seus derivados (registo civil, secularização dos cemitérios, liberdades de cultos, separação da igreja e do Estado).

Por múltiplas razões, Ramalho legitimava, desta forma, a implantação da República brasileira, retirando-lhe a aura de revolução: “o movimento de 15 de novembro no Rio de Janeiro não foi uma revolução no sentido político desta palavra, e muito menos no seu sentido filosófico”. Para ele, a revolução fez-se antes, “de direito e de facto no dia em que pela abolição da escravatura cessou de existir o feudalismo territorial, constituído pela propriedade dos grandes fazendeiros senhores de negros, e

base da única aristocracia poderosa e conservadora do Brasil”. Ou seja, a classe oligárquica abandonara o império, por se ter sentido abandonada pelo imperador com a abolição.

Assim, “o advento da república no Brasil estava de há muito previsto e anunciado” e, nesta circunstância, “a república tinha fatalmente de ser, os homens que determinaram o acidente militar de 15 de novembro, tão diversamente julgados pela crítica europeia, não fizeram – me parece – perante a história e perante a filosofia, senão acelerar o progresso”.

Ramalho justifica, assim, o golpe militar que levou à proclamação da República, colocando-se claramente do seu lado. Pela República ou pelo sentido marcial que sentira na revolta militar e suas primeiras medidas? Notemos que este texto é datado pelo autor de dezembro de 1889, pouco depois da proclamação da República (15 de novembro desse ano), embora seja publicado no seguinte. Logo, Ramalho está a apoiar o marechal Deodoro, o governo provisório e a ditadura militar (as eleições para a Constituinte só viriam a 15 de setembro de 1890), longe pois da evolução política posterior. Ramalho invoca logo no início do texto o desejo de contraditar os artigos de Eduardo Lemos a favor da monarquia, bem como as suas ligações espirituais à família brasileira. Estas posições de Ramalho seriam estranhas à posição dos familiares e seus círculos de sociabilidade, ligados à grande lavoura cafeeira, hostis à forma como foi realizada a abolição e que, por isso, ajudaram a precipitar a República? Não se compaginam também com o “cesarismo” que já grassava em Portugal em torno da Coroa, resolvendo o paradoxo de um monárquico em Portugal apoiar a República no Brasil?

7) Ramalho continuaria a colaborar na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro (interrompida entre 1895-1901) agora praticamente até ao fim da vida (o último artigo saiu em 17.10.1915), segundo o minucioso e incontornável estudo de João Carlos Zan. Foi muito celebrado o seu artigo *D. Carlos, O Martirizado*, que saiu em número especial da Gazeta, logo esgotado e depois editado em brochura, respondendo à comoção do

regicídio, que aconteceu pouco antes da projetada viagem real ao Brasil, em cujo séquito deveria seguir ele próprio. As temáticas posteriores eram já sobre a crise que se abatia sobre a monarquia e depois sobre a República em Portugal e suas práticas, regime que combateu ferozmente e por via do qual se exilou. A imprensa brasileira tornou-se, de novo, na sua base de trabalho, na plataforma que o socorria para denunciar agora os problemas que, na sua ótica, o novo regime republicano trazia aos portugueses.

Pelo caminho ficaria o prometido livro sobre o Brasil, apesar de Ramalho informar a esposa, desde Paris, que trabalhava nele duas horas por dia, sustentando-o na informação das bibliotecas dos amigos com quem convivia (Eduardo Prado, Rio Branco). João Carlos Zan revela passagens de cartas várias que revelam ter Ramalho encetado o prometido livro. A verdade é que o livro sobre o Brasil nunca apareceu, nem sequer alguns artigos prévios. Chegou a ser escrito? Perdeu-se o texto ou a oportunidade da sua edição face à ascensão social dos familiares no Rio de Janeiro?